

Notas sobre pesquisas

Prof. E. A. Peel, da Universidade de Birmingham, Inglaterra, dá curso intensivo no IESAE

Léa Kauffmann

Sob os auspícios do CNPq, o IESAE recebeu a visita do Prof. E. A. Peel, da Faculdade de Educação da Universidade de Birmingham, na Inglaterra, tendo realizado um curso intensivo para os alunos do curso de mestrado em educação, seminários de pesquisa e conferências para especialistas em psicologia educacional.

Como se caracteriza o desenvolvimento do pensamento durante a adolescência? Como o jovem estudante se desempenha das tarefas que exigem compreensão e julgamento de situações-problema? Quais as mudanças qualitativas de pensamento exigidas do aluno para lidar com as disciplinas escolares?

Estes questionamentos básicos têm sido feitos pelo Prof. E. A. Peel no decorrer dos últimos 10 anos, quando tem desenvolvido pesquisa inovadora no campo da psicologia cognitiva em sua aplicação à educação.

O Prof. Peel é o titular de psicologia educacional da Universidade de Birmingham onde fundou e dirigiu a então chamada Escola de Educação, hoje transformada em Faculdade de Educação.

Seu trabalho sobre o pensamento e os processos cognitivos de adolescentes em relação ao conteúdo do currículo escolar foi publicado,

inicialmente, no livro *The nature of adolescent judgment*, Crosby, Lockwood & Staples, 1973, e em inúmeros artigos em revistas especializadas. Atualmente, suas idéias estão sendo desenvolvidas no sentido de analisar a interação professor-aluno em sala de aula, e o pensamento de adultos, particularmente em relação a suas respostas aos meios de comunicação.

A temática da formação de conceitos, processos de generalização e abstração foi também tratada no curso intensivo oferecido pelo Departamento de Psicologia da Educação, no IESAE, despertando nos alunos um real interesse em prosseguir com estudos e projetos de pesquisa as muitas sugestões de trabalho que surgiram durante as aulas dadas pelo Prof. Peel.

O Prof. Peel foi presidente da Sociedade Britânica de Psicologia nos anos de 1961 e 1962. Foi, naturalmente, de grande importância para o IESAE recebê-lo; com sua presença, ele veio também apoiar o trabalho de pesquisa desenvolvido no DPE já há quase dois anos, no tópico de Níveis e Julgamento de alunos dos 1.º, 2.º, e 3.º graus de ensino.

REALIZE AQUELE ANTIGO SONHO



Milton Dacosta (1915) 40 x 50cm

Os mais belos quadros dos grandes mestres estão agora ao seu alcance.

Reproduções sobre tela, importadas da Itália, que não devem nada aos originais (a não ser no preço) para valorizar o seu ambiente. A escolha é sua.

Livrarias da Fundação Getúlio Vargas

RIO — S. PAULO
BRASÍLIA

A formação escolar da força de trabalho industrial no Brasil

Luiz Antonio Constant Rodrigues da Cunha

O objetivo desta pesquisa é o de reconstruir o processo de formação da força de trabalho empregada na produção manufatureira, desde os primórdios da industrialização do país.

Numa primeira abordagem, definiu-se o início do período republicano como a origem dos primeiros passos do processo de industrialização, suposição essa baseada na libertação de toda a força de trabalho das relações escravistas de produção, assim como na liberação de capitais antes bloqueados nos investimentos em escravos. Por essa razão, a formação da força de trabalho industrial deveria ter também sua origem no entorno de 1889. No entanto, após alguns meses de exame do material bibliográfico mais prontamente disponível, verificou-se que parcela considerável das escolas destinadas à formação de *artífices*,¹ existentes nas primeiras décadas da República, eram meras continuações ou desdobramentos de estabelecimentos criados no período imperial. Foi o caso de vários *liceus de artes e ofícios* e de certas *escolas de aprendizes-artífices* instaladas nos mesmos prédios das *casas de educandos*, nascidas algumas destas, ainda na primeira metade do século XIX.

¹ A categoria artífice tem um significado ambíguo no período, servindo para designar as características técnicas da qualificação do trabalhador, independentemente das relações de produção. O artífice, desse modo, podia ser tanto o trabalhador por conta própria quanto o operário assalariado.

Verificada a existência desse fato, impôs-se a necessidade de entender as buscas para o período do império, sem que a data da independência constituísse um marco rígido.

Por outro lado, o pesquisador tinha já elaborado uma monografia sobre o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial,² supondo que o estudo do período imediatamente anterior à sua criação, em 1942, pudesse ser-lhe acoplada formando um todo coerente. Não foi isso, entretanto, o que veio a acontecer. Pesquisas desenvolvidas paralelamente mostraram a necessidade de rever várias questões abordadas na monografia, bem como completá-las com outras não consideradas.

Assim, a pesquisa, está se desdobrando em três fases.

A *primeira fase* abrange a formação da força de trabalho no período imperial, de 1822 a 1889. A *segunda fase*, o período que vai da proclamação da República até a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, ou seja, de 1889 a 1942. A *terceira fase*, finalmente, abrangerá o período compreendido entre a criação do SENAI e a institucionalização dos incentivos fiscais à formação profissional no âmbito das empresas, de 1942 a 1975.

Este relatório pretende apresentar a situação atual da primeira fase da pesquisa, compreendendo o período de 1822 a 1889.

A primeira questão abordada pela pesquisa é a da produção manufatureira³ ter-se iniciado na colônia brasileira como atividade acessória da produção situada no centro do processo de acumulação de capital. Bens eram produzidos para serem empregados na agro-indústria, na pecuária e na mineração, ou, então, para atender demandas de populações urbanas por elas geradas. Essa manufatura acessória era empreendimento confiado a artesãos⁴ ou escri-

² Cunha, Luiz Antônio C. R. *O SENAI e o ensino técnico e profissional no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV/IESAE, 1976. mimeogr.

³ No contexto da pesquisa, a manufatura é entendida como a transformação de matérias-primas em bens, resultando do consumo de força de trabalho pelo capital, visando gerar valores excedentes sobre o salário.

⁴ O artesão é entendido aqui como o trabalhador qualificado, operando por conta própria, remunerado pelo produto do trabalho, e não pelo tempo nele despendido.

vos, estes trabalhando como auxiliares daqueles ou como “moços de ganho”.⁵ Os principais mecanismos de funcionamento das corporações de ofício e as formas de exploração de escravos-artesãos serão objeto de análise, assim como das vicissitudes dessas instituições no Brasil.

A formação de operários⁶ começou já no período colonial, embora seu desenvolvimento só tenha começado a ser sensível depois da independência, mais particularmente depois das medidas protecionistas à manufatura interna.

As instituições de formação de operários foram classificadas em três categorias, conforme as iniciativas de que resultam: a) iniciativas do Estado; b) iniciativas de sociedades civis; c) iniciativas de sociedades religiosas.

Foram eleitas certas instituições de cada categoria para exposição do funcionamento, clientela, conexões com a produção e outras características. No caso das iniciativas do Estado, elegeram-se as companhias de aprendizes dos estabelecimentos militares, a Academia de Belas-Artes, as casas de educandos-artífices e o Asilo de Meninos Desvalidos. Dentre as iniciativas de sociedades civis, destacaram-se os liceus de artes e ofícios, em particular o do Rio de Janeiro. No caso deste último, foi possível construir séries históricas de dados estatísticos, abrangendo o período de 1858 a 1888, contendo informações sobre a distribuição dos alunos segundo nacionalidade, idade, tipo de curso, profissão; e das matrículas e dos professores, segundo cadeiras. Dentre as iniciativas de sociedades religiosas destacaram-se as dos salesianos, em particular o Colégio Santa Rosa (em Niterói) e o Coração de Jesus (em São Paulo).

A programação da pesquisa foi feita de modo que a primeira fase, abrangendo o período de 1822 a 1889, esteja concluída ao fim do primeiro semestre de 1977, e a segunda, compreendendo o período de 1889 a 1942, ao fim do segundo semestre deste ano.

⁵ O “moço de ganho” era um escravo, em geral qualificado num ofício qualquer, mas, ao invés de trabalhar diretamente para seu proprietário, empregava-se com terceiros, recebia “salário” e o entregava ao seu dono.

⁶ O operário é entendido aqui como o trabalhador assalariado, diretamente empregado na produção, nas manufaturas.

Professora do IESAE na Universidade de Londres

Lícia do Prado Valladares

No período abril-julho de 1977, Lícia do Prado Valladares, docente-pesquisadora do IESAE, participou de um curso intensivo (a nível de pós-graduação) de metodologia da pesquisa na Universidade de Londres, a título de professora visitante.

O curso — Social Research for Development Course — organizado pelo Centre for Urban Studies/University College London, reuniu um total de 23 alunos, profissionais graduados provenientes de diversos países da África, Ásia e América Latina, e um grupo de professores da London School of Economics (Prof. David Glass, Keith Thurley, Colm O'Murghuty) e do próprio Centre for Urban Studies (Prof. Ruth Glass, Richard Jones, Lícia do Prado Valladares).

A idéia do curso foi de reunir pessoas de diferentes origens com formação profissional e experiências de trabalho em pesquisas diversas. Tal composição permitiu que os temas tratados fossem discutidos em termos comparativos, numa base interdisciplinar e em relação à realidade de cada um dos participantes.

Tanto aspectos técnicos (estatísticos) como aspectos metodológicos e sociológicos da pesquisa foram amplamente debatidos. Assim, o curso cobriu desde tópicos como métodos quantitativos e qualitativos, técnicas de amostragem, instrumentos de coleta e tratamento de dados até questões como a relação do pesquisador com o objeto da pesquisa, a interferência da linguagem e da ideologia do pesquisador, o uso e o “abuso” da pesquisa.

Em suma, o curso se constituiu numa “revisão” para cada participante das suas experiências de pesquisa e num questionamento do seu trabalho enquanto pesquisador na sua sociedade.

Para o IESAE, a participação de um professor neste tipo de curso significa a permanência de uma política de intercâmbio com universidades estrangeiras bem como a participação em uma nova experiência didática.